

# **Águas do Mirante S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019 e 2018

## **Conteúdo**

Relatório de revisão dos auditores independentes .....	1
Balanco patrimonial.....	5
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Águas do Mirante S.A.**  
Piracicaba – SP

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Mirante S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

Conforme divulgado nas Notas 19 e 20, a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nas rubricas de “Despesas de vendas, administrativas e gerais” e “Despesas financeiras”, os montantes de R\$ 15.343 mil e R\$ 4.343 mil, respectivamente, relativo ao pagamento de principal e juros de imposto de renda retido na fonte decorrente de auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil. A administração da Companhia não efetuou uma análise da correta competência das despesas reconhecidas naquele exercício, dessa forma, não conseguimos determinar se teria havido necessidade de ajustes em relação ao resultado das operações e lucros acumulados iniciais de 2018. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluiu modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Ênfase**

### **Investigações envolvendo ex-investida e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.**

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A., controladora da Companhia, contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes para averiguação do procedimento investigatório instaurado pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO), deflagrado em 1º de setembro de 2016 na ex-investida Aegea Engenharia e Comércio Ltda, bem como para a realização de diligências específicas relacionadas à operação deflagrada pela Polícia Federal, em 11 de maio de 2017, na controlada Águas Guariroba S.A.. Até o presente momento, os trabalhos dos contratados e as medidas tomadas pelo Conselho de Administração não foram totalmente finalizados, de modo que, neste momento, não é possível prever eventuais desdobramentos dessas nas citadas ex-investida e controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, em 30 de abril de 2019, com ressalva sobre o tema descrito em “Base de opinião com ressalva”.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 06 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP034519/O-6

A handwritten signature in purple ink, appearing to read 'J. Navarrete', enclosed within a purple oval shape.

José Antonio de Andrade Navarrete  
Contador CRC-1SP198698/O-4

## Águas do Mirante S.A.

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	73	1	Fornecedores e empreiteiros	11	3.479	3.995
Aplicações financeiras	5	27.826	71.509	Financiamentos	12	8.364	10.810
Contas a receber de clientes	6	7.025	7.074	Obrigações trabalhistas e sociais	13	2.035	1.998
Impostos a recuperar	7	377	1.608	Obrigações fiscais	14	2.964	1.356
Outros créditos		326	348	Imposto de renda e contribuição social		3.597	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>35.627</b>	<b>80.540</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>20.439</b>	<b>18.159</b>
Aplicações financeiras	5	22.613	12.660	Financiamentos	12	241.789	241.943
Impostos a recuperar	7	17.488	17.485	Adiantamento de clientes		13.381	12.660
Ativo fiscal diferido	21	1.858	4.994	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	10	18.512	26.500
Depósitos judiciais	15	93	31	Provisão para demandas judiciais	15	10	276
Outros créditos		1	10	Outras contas a pagar		-	914
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>42.053</b>	<b>35.180</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>273.692</b>	<b>282.293</b>
Ativo de contrato da concessão	8	14.195	4.765	<b>Total do passivo</b>		<b>294.131</b>	<b>300.452</b>
Intangível	9	247.493	258.398	<b>Patrimônio líquido</b>	16		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>303.741</b>	<b>298.343</b>	Capital social		48.896	98.896
				Prejuízos acumulados		(3.659)	(20.465)
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>45.237</b>	<b>78.431</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>339.368</b>	<b>378.883</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>339.368</b>	<b>378.883</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Águas do Mirante S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	17	101.580	80.664
Custos dos serviços prestados	18	<u>(43.697)</u>	<u>(43.666)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>57.883</u>	<u>36.998</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	19	(12.325)	(28.599)
Outras receitas operacionais		8	-
Outras despesas operacionais		<u>(21)</u>	<u>(1)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<u>45.545</u>	<u>8.398</u>
Receitas financeiras	20	1.214	3.413
Despesas financeiras	20	<u>(21.726)</u>	<u>(25.204)</u>
<b>Resultado financeiro</b>		<u>(20.512)</u>	<u>(21.791)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>25.033</u>	<u>(13.393)</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(8.227)</u>	<u>(633)</u>
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<u><u>16.806</u></u>	<u><u>(14.026)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## Águas do Mirante S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>	<u>16.806</u>	<u>(14.026)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>16.806</u></u>	<u><u>(14.026)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Águas do Mirante S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>		<u>98.896</u>	<u>(6.439)</u>	<u>92.457</u>
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(14.026)</u>	<u>(14.026)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<u>98.896</u>	<u>(20.465)</u>	<u>78.431</u>
Redução capital social	16	(50.000)	-	(50.000)
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>16.806</u>	<u>16.806</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<u><u>48.896</u></u>	<u><u>(3.659)</u></u>	<u><u>45.237</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Águas do Mirante S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos impostos		25.033	(13.393)
Ajustes para:			
Amortização	9, 18 e 19	13.120	12.954
Resultado na baixa de intangível	9	8	-
Juros sobre financiamentos	12 e 20	21.171	20.227
Amortização custo de captação	12	361	360
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 20	(1.134)	(2.552)
(Reversão) Provisão para demandas judiciais	15 e 19	(201)	15.617
		<u>58.358</u>	<u>33.213</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) / Diminuição dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		49	(429)
Impostos a recuperar		1.228	(1.539)
Depósitos judiciais		(62)	(5)
Outros créditos		31	(9)
<b>Aumento / (Diminuição) dos passivos</b>			
Fornecedores e empreiteiros		(516)	(1.113)
Obrigações trabalhistas e sociais		37	274
Obrigações fiscais		1.608	(384)
Pagamentos de demandas judiciais	15	(65)	(15.420)
Adiantamento de clientes		721	559
Outras contas a pagar		(914)	-
Juros pagos	12	(18.488)	(1.311)
Imposto de renda e contribuição social pagos	21	(1.272)	(2.074)
		<u>40.715</u>	<u>11.762</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras		33.331	(40.576)
Juros recebidos	5	1.311	1.784
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(10.923)	(11.944)
		<u>23.719</u>	<u>(50.736)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento</b>			
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Redução de capital social	16 a.	(50.000)	-
Financiamentos captados	12	-	13.058
Custo na captação de financiamentos	12	(2)	(23)
Financiamentos pagos	12	(6.372)	(613)
Contas correntes líquida - partes relacionadas		(7.988)	26.500
		<u>(64.362)</u>	<u>38.922</u>
<b>Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento</b>			
<b>Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>72</u>	<u>(52)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	1	53
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	<u>73</u>	<u>1</u>
<b>Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>72</u>	<u>(52)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Águas do Mirante S.A. (“Companhia”) é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo, constituída em 01 de março de 2012. Em 11 de junho de 2012 iniciou suas operações de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012 - Edital de Concorrência nº 01/2011 firmado com o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de Piracicaba, São Paulo (doravante denominada “SEMAE”), concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011.

O objeto do referido Contrato de Concessão consiste na exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Piracicaba, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria público privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem por finalidade a operação e gerenciamento de atividades objeto desta concessão, designada para fins de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos do processo de tratamento de esgoto. Também faz parte das obrigações, a recuperação, manutenção, ampliação e melhoria do sistema de hidrometria e as atividades de combate às fraudes na micromedição.

O contrato e seus aditivos preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 332.627. Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto, definidas de acordo com o cronograma de marcos contratuais, e foram finalizados em 2016 de acordo com o cronograma. Com o atendimento destes marcos contratuais, a Companhia atingiu o nível de 100% de esgoto tratado no Município de Piracicaba, São Paulo.

#### **Investigações envolvendo colaboradores vinculados às ex-controlada e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.**

Conforme a nota explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”), relativa a 31 de dezembro de 2018 e divulgada no dia 31 de março de 2019, alguns colaboradores vinculados à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e à controlada Águas Guararoba S.A. foram alvo de procedimentos investigatórios, no âmbito das Operações Sevandija (conduzido pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo - GAECO) e Operação Lama Asfáltica (conduzida pela Polícia Federal), deflagradas, respectivamente, em 1º de setembro de 2016 e 11 de maio de 2017. Cabe informar que o Conselho de Administração da Aegea contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes, justamente com o objetivo de realizar investigação independente para apurar as alegações de fato apontadas na Operação Sevandija, bem como para realizar diligências específicas relacionadas à Operação Lama Asfáltica. Esclarece que a Companhia não está no escopo de nenhuma das duas investigações conduzidas pelas autoridades já mencionadas, sendo essas relacionadas tão somente às já citadas ex-controlada e controlada. No mais, a Aegea permanece no firme propósito de colaborar com as autoridades para elucidação dos fatos e tomar medidas que eventualmente se fizerem necessárias.

### 2 Base de preparação

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 06 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 15 – reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 21 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

**d. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

**3 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Receita de contrato com cliente**

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

**(i) Contratos de concessão de serviços**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) **Serviços de tratamento de esgoto**

A receita relacionada ao serviço de tratamento de esgotamento sanitário compreende apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

**b. Instrumentos financeiros**

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

#### **(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **c. Capital social - Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

#### **d. Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada, direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”.

#### **e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

#### **(i) Ativos financeiros não-derivativos**

##### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.



O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

#### *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**f. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**h. Provisão de manutenção - Contratos de concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2019 e 2018 com relação a este assunto.

**i. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

**j. Benefícios a empregados**

**(i) Benefício de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde**

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são

reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

**k. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variação monetária sobre financiamentos, juros sobre atraso em pagamentos, juros sobre despesa com auto de infração e impostos sobre receitas financeiras. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

**l. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Imposto corrente**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(ii) Imposto diferido**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

**(iii) Exposições fiscais**

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

**m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

**n. Capitalização dos custos dos financiamentos**

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**o. Normas e interpretações adotadas**

As seguintes normas entraram em vigor a partir do exercício iniciado após 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

**(i) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil**

O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento anteriormente existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos em 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos e concluiu que a respectiva interpretação não trouxe impacto em suas demonstrações financeiras.

(ii) **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a Companhia considera tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e consideram a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de Imposto de Renda.

A Companhia avaliou o ICPC 22 e concluiu que a respectiva interpretação não trouxe impacto em suas demonstrações financeiras.

**p. Novas normas e interpretações**

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

**q. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos conta movimento	<u>73</u>	<u>1</u>

O saldo de bancos conta movimento compreende basicamente depósitos bancários disponíveis.

## 5 Aplicações financeiras

<b>Modalidade</b>	<b>Taxa de juros média a.a. %</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Conta Poupança PJ	70% Selic	Indeterminado	13.381	12.660
Fundo de Investimento Safira	93,98% a 98,92% do CDI	Indeterminado	14.380	71.509
Fundo de Investimento CEF Top	98,18% a 98,37% do CDI	Indeterminado	2.501	-
Aplicações Pós-Fixada	80% a 98,2% do CDI	Dezembro/2020 a Março/2024	20.177	-
			<u>50.439</u>	<u>84.169</u>
Circulante			27.826	71.509
Não circulante			22.613	12.660

As aplicações financeiras apresentadas no ativo não circulante, referem-se a garantia relativa aos recebimentos do Contrato de Concessão.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pela Capitania S.A., correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivos, devidamente registrado junto a CVM. As cotas não tem prazo de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

O fundo de Investimento CEF Top é gerido pela Caixa Econômica Federal, que corresponde a aplicações de fundo de investimento de títulos públicos, não exclusivo, devidamente registrado junto à CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Títulos do Tesouro conforme previsto em sua política de investimentos.

As aplicações financeiras compromissadas são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

<b>Movimentação das aplicações financeiras:</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	84.169	43.440
Aplicação	273.735	183.459
(-) Resgate de principal	(307.015)	(142.883)
(-) Resgate de juros	(1.311)	(1.784)
(-) Incidência de IR	(222)	(615)
(-) Incidência de IOF	(51)	-
Juros no exercício	1.134	2.552
<b>Saldo final</b>	<u>50.439</u>	<u>84.169</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

## 6 Contas a receber de clientes

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Faturamento de serviço de esgoto	9.906	9.955
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(2.881)	(2.881)
	<u>7.025</u>	<u>7.074</u>

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de esgoto em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos	Total em
		Acima de 180 dias	
SEMAE	7.025	2.881	9.906

  

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos	Total em
		Acima de 180 dias	
SEMAE	7.074	2.881	9.955

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

O valor de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 2.881, constituída no exercício de 2015 se refere a volume de esgoto tratado de órgãos públicos na Cidade de Piracicaba-SP. A Companhia tem adotado medidas administrativas e comerciais junto ao SEMAE com intuito de receber esses valores.

## 7 Impostos a recuperar

	2019	2018
PIS - Programa de integração social	30	30
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	139	143
INSS retido na fonte (i)	17.544	17.514
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	-	489
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	917
Impostos pagos a maior	152	-
	<u>17.865</u>	<u>19.093</u>
Circulante	377	1.608
Não circulante	17.488	17.485

- (i) O saldo refere-se a retenções de INSS calculado sobre as notas fiscais de serviços prestados pela Companhia até julho de 2018. A Companhia ingressou com pedidos de restituição e aguarda a aprovação das autoridades fiscais para ressarcimento dos montantes retidos.

## 8 Ativo de contrato da concessão

	2019	2018
Ativo de contrato da concessão	<u>14.195</u>	<u>4.765</u>

Referem-se ao direito contratual da Companhia de cobrar os usuários dos serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 9).

	2018	2019		Custo
	Custo	Adições (i)	Transferências (ii)	
Ativo de contrato da concessão	<u>4.765</u>	<u>11.653</u>	<u>(2.223)</u>	<u>14.195</u>

	2017	2018			
	Ativo	Ajustes adoção inicial (CPC 47)	Adições (i)	Transferências (ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	-	2.064	12.119	(9.418)	4.765

- (i) Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram capitalizados R\$ 730 a uma taxa média de 8,75% a.a. (R\$ 175 e 8,70% a.a. em 31 de dezembro de 2018 considerados em “Intangível em andamento” conforme nota explicativa nº 9).
- (ii) Refere-se a transferência de ativo de contrato da concessão para ativo intangível a medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

## 9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

### a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2019			2018
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>						
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 28	4,0%	55.393	(10.265)	45.128	35.699
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	3,9%	244.116	(44.768)	199.348	208.873
Máquinas e equipamentos	de 05 a 22	7,3%	2.201	(538)	1.663	786
Outros componentes	de 03 a 15	8,6%	2.210	(870)	1.340	13.017
			<u>303.920</u>	<u>(56.441)</u>	<u>247.479</u>	<u>258.375</u>
<b>Software</b>						
Licença de uso de <i>Software</i>	03 a 10	12,9%	203	(189)	14	23
			<u>203</u>	<u>(189)</u>	<u>14</u>	<u>23</u>
			<u>304.123</u>	<u>(56.630)</u>	<u>247.493</u>	<u>258.398</u>



Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2018		2017	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>						
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 28	4,0%	40.091	(4.392)	35.699	33.051
Edificações de estações de tratamento	de 04 a 30	3,9%	243.499	(34.626)	208.873	213.359
Máquinas e equipamentos	de 05 a 20	7,0%	1.234	(448)	786	876
Outros componentes	de 03 a 28	6,4%	16.884	(3.867)	13.017	14.620
			301.708	(43.333)	258.375	261.906
<b>Intangível em andamento</b>						
Intangível em andamento			-	-	-	2.064
			-	-	-	2.064
<b>Software</b>						
Licença de uso de <i>Software</i>	03 a 10	19,0%	203	(180)	23	28
			203	(180)	23	28
			301.911	(43.513)	258.398	263.998

**b. Movimentação do custo**

Ativo	2018	2019			
	Custo	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Baixas	Transferências	Líquido
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>					
Instalações técnicas de saneamento	40.091	639	-	14.663	55.393
Edificações de estações de tratamento	243.499	617	-	-	244.116
Máquinas e equipamentos	1.234	967	-	-	2.201
Outros componentes	16.884	-	(11)	(14.663)	2.210
	301.708	2.223	(11)	-	303.920
<b>Software</b>					
Licença de uso de <i>Software</i>	203	-	-	-	203
	203	-	-	-	203
	301.911	2.223	(11)	-	304.123

Ativo	2017	2018		
	Custo	Ajuste adoção inicial (CPC 47)	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Custo
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>				
Instalações técnicas de saneamento	35.364	-	4.727	40.091
Edificações de estações de tratamento	240.190	-	3.309	243.499
Máquinas e equipamentos	1.233	-	1	1.234
Outros componentes	15.513	-	1.371	16.884
	<u>292.300</u>	-	<u>9.408</u>	<u>301.708</u>
<b>Intangível em andamento</b>				
Intangível em andamento	2.064	(2.064)	-	-
	<u>2.064</u>	<u>(2.064)</u>	-	-
<b>Software</b>				
Licença de uso de <i>Software</i>	193	-	10	203
	<u>193</u>	-	<u>10</u>	<u>203</u>
	<u>294.557</u>	<u>(2.064)</u>	<u>9.418</u>	<u>301.911</u>

**c. Movimentação da amortização**

Ativo	2018	2019			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>					
Instalações técnicas de saneamento	(4.392)	(2.059)	-	(3.814)	(10.265)
Edificações de estações de tratamento	(34.626)	(10.142)	-	-	(44.768)
Máquinas e equipamentos	(448)	(90)	-	-	(538)
Outros componentes	(3.867)	(820)	3	3.814	(870)
	<u>(43.333)</u>	<u>(13.111)</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(56.441)</u>
<b>Software</b>					
Licença de uso de <i>Software</i>	(180)	(9)	-	-	(189)
	<u>(180)</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(189)</u>
	<u>(43.513)</u>	<u>(13.120)</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(56.630)</u>

<b>Ativo</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	
	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortização acumulada</b>
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>			
Instalações técnicas de saneamento	(2.313)	(2.079)	(4.392)
Edificações de estações de tratamento	(26.831)	(7.795)	(34.626)
Máquinas e equipamentos	(357)	(91)	(448)
Outros componentes	(893)	(2.974)	(3.867)
	<u>(30.394)</u>	<u>(12.939)</u>	<u>(43.333)</u>
<b>Software</b>			
Licença de uso de <i>Software</i>	(165)	(15)	(180)
	<u>(165)</u>	<u>(15)</u>	<u>(180)</u>
	<u>(30.559)</u>	<u>(12.954)</u>	<u>(43.513)</u>

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2019.

Em dezembro de 2018, a Companhia revisou a vida útil dos bens que resultou na alteração da estimativa da vida útil remanescente de certos ativos. Os efeitos prospectivos dessas alterações no resultado de amortização não tiveram impactos materiais.

## 10 Transações com partes relacionadas

### Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2019, as remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores, estão registradas no resultado do exercício totalizando um montante de R\$ 1.512 (R\$ 1.776 em 31 de dezembro de 2018) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

### Controladora

A controladora final da Companhia é Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

### Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Outros créditos com partes relacionadas</b>		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	5	8
Águas Guariroba S.A. (d)	-	3
	<u>5</u>	<u>11</u>
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Aquisições de ativo intangível no exercício</b>		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	1.794	1.556
	<u>1.794</u>	<u>1.556</u>
	<u>1.799</u>	<u>1.567</u>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Fornecedores (nota explicativa nº 11)</b>		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	-	162
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	492	444
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda. (d)	9	21
Águas de Matão S.A. (d)	40	122
GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	36	32
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	153	247
	<u>730</u>	<u>1.028</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Contas correntes a pagar para partes relacionadas</b>		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	18.512	26.500
	<u>18.512</u>	<u>26.500</u>
	<u>19.242</u>	<u>27.528</u>
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Custos dos serviços prestados</b>		
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	428	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	1.297	1.276
	<u>1.725</u>	<u>1.276</u>
<b>Despesas de vendas administrativas e gerais</b>		
Aegea Saneamento e Participações S.A (a)	5.058	4.736
GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	-	313
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	258	146
	<u>5.316</u>	<u>5.195</u>
	<u>7.041</u>	<u>6.471</u>

- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (b) Refere-se a serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e serviço de desenvolvimento e manutenção de *software* prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.
- (c) Refere-se a contratação de serviços associados a obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda.
- (d) Refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (e) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa, sem prazo de vencimento e atualização monetária.

## 11 Fornecedores e empreiteiros

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fornecedores de materiais e serviços	2.749	2.967
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	730	1.028
	<b>3.479</b>	<b>3.995</b>

## 12 Financiamentos

<b>Modalidade</b>	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento final dos contratos</b>	<b>Valor Contratado</b>	<b>Valor Captado</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Projeto CEF	TR + 8,5% a.a.	Fevereiro/2039	195.735	192.532	247.510	249.495
Finame	Pré-fixado 6% a.a.	Novembro/2024	174	174	88	107
Finisa	Pré-fixado 3,5% a.a.	Dezembro/2023	4.912	4.912	2.555	3.151
					<b>250.153</b>	<b>252.753</b>
Circulante					8.364	10.810
Não circulante					241.789	241.943

### Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

#### Cronograma de amortização da dívida – financiamentos

2021	8.403
2022	8.880
2023	9.386
2024	9.271
2025 em diante	212.089
	<b>248.029</b>
Custo de captação (longo prazo)	(6.240)
<b>Total</b>	<b>241.789</b>

#### Movimentação das dívidas

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	252.753	220.880
Captações	-	13.058
(-) Pagamentos do principal	(6.372)	(613)
(-) Pagamentos de juros	(18.488)	(1.311)
Provisão de juros	21.171	20.227
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	730	175
(-) Custo de captação do exercício	(2)	(23)
Amortização do custo de captação do exercício	361	360
<b>Saldo final</b>	<b>250.153</b>	<b>252.753</b>

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2019 totaliza o montante de R\$ 6.601 (R\$ 6.959 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em fevereiro de 2015 a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo (prazo total de 240 meses) junto à CEF e repasse via Banco BTG Pactual S.A. (“BTG”), no montante total de R\$ 195.735 para fazer frente ao seu programa de investimentos. Do valor total, R\$ 192.532 já foram desembolsados. Tal financiamento é destinado ao programa de investimentos necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes de contrato de

concessão. A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”); (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão; (iii) notas promissórias no valor do contrato; e (iv) garantia fidejussória assumida pela Aegea.

A Companhia mantém em seus financiamentos, garantias, restrições e *covenants* qualitativos e quantitativos usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas quantitativas e qualitativas referentes aos financiamentos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019.

### 13 Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e ordenados	20	20
Participação nos lucros	989	1.035
Provisão de férias	520	499
Encargos sociais	506	444
	<u>2.035</u>	<u>1.998</u>

### 14 Obrigações fiscais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS/COFINS a recolher	2.891	1.272
PIS/COFINS/CSLL retidos	29	23
IRRF/INSS/ISS sobre serviços de terceiros a recolher	43	57
Outros	1	4
	<u>2.964</u>	<u>1.356</u>

### 15 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis	61	-	-	158
Trabalhistas	32	31	10	118
	<u>93</u>	<u>31</u>	<u>10</u>	<u>276</u>

## Movimentação da provisão para demandas judiciais

Natureza	2018	Resultado		Pagamentos	2019
		Adições	Baixas		
Cíveis	158	60	(168)	(50)	-
Trabalhistas	118	37	(130)	(15)	10
	<u>276</u>	<u>97</u>	<u>(298)</u>	<u>(65)</u>	<u>10</u>

Natureza	2017	Resultado		Pagamentos	2018
		Adições	Baixas		
Cíveis	6	240	(13)	(75)	158
Trabalhistas	73	113	(66)	(2)	118
Tributária	-	15.343	-	(15.343)	-
	<u>79</u>	<u>15.696</u>	<u>(79)</u>	<u>(15.420)</u>	<u>276</u>

### Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 326 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.248 em 31 de dezembro de 2018), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

#### a. Processos cíveis

A Companhia possui processos possíveis que correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, danos morais e danos materiais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui contingências de natureza cível que totalizam R\$ 245 (R\$ 855 em 31 de dezembro de 2018), não existindo processo de valor individual significativo.

#### b. Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, não existindo processo de valor individual significativo. Em 31 de dezembro de 2019, existem também processos de mesma natureza que totalizam R\$ 81 (R\$ 393 em 31 de dezembro de 2018), não existindo processo de valor individual significativo.

#### c. Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 93 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2018). O principal depósito está demonstrado abaixo:

O processo 1008414-23.2019.4.01.3400 se refere à incidência de INSS sobre verbas da folha de pagamento. O valor do depósito judicial em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 61 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018).

## 16 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 02 de maio de 2019, os acionistas decidiram reduzir o capital social da Companhia no montante de R\$ 50.000, por ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, a redução procedeu-se sem cancelamento de ações, mediante a restituição de capital aos acionistas, em moeda corrente nacional, do valor proporcional às suas respectivas participações acionárias no capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%
Outros	0,01%
	100,00%

## 17 Receita operacional líquida

	2019	2018
<b>Receita de prestação de serviços</b>		
Serviços de esgoto	99.051	76.896
Receitas de construção	11.653	10.883
<b>Total receita bruta</b>	110.704	87.779
<b>Deduções da receita bruta</b>		
(-) Impostos sobre serviços	(9.124)	(7.115)
<b>Total da receita operacional líquida</b>	101.580	80.664

## 18 Custos dos serviços prestados por natureza

	2019	2018
Pessoal	(5.128)	(5.872)
Conservação e manutenção	(1.738)	(2.167)
Serviços de terceiros	(1.759)	(2.533)
Materiais, equipamentos e veículos	(970)	(885)
Amortização	(12.827)	(12.522)
Créditos de PIS e COFINS	938	964
Custo de concessão	(12)	(14)
Custo de construção	(11.653)	(10.883)
Energia elétrica	(7.304)	(6.654)
Produtos químicos	(778)	(738)
Locação	(1.624)	(1.501)
Outros	(842)	(861)
	(43.697)	(43.666)



## 19 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	(3.316)	(4.068)
Conservação e manutenção	(147)	(225)
Serviços de terceiros	(6.507)	(6.418)
Materiais, equipamentos e veículos	(487)	(354)
Amortização	(293)	(432)
Crédito PIS e COFINS	8	4
Energia elétrica	(28)	(34)
Seguros	(4)	(41)
Viagens e estadias	(180)	(100)
(Reversão) Provisão para demandas judiciais	201	(274)
Despesa com auto de infração (i)	-	(15.343)
Impostos, taxas e contribuições	(211)	(97)
Locação	(705)	(575)
Publicidade e propaganda	(297)	(261)
Outras	(359)	(381)
	<u>(12.325)</u>	<u>(28.599)</u>

- (i) Em 2018 a Companhia foi autuada como sujeito passivo em processo administrativo fiscal (PAF N° 13888-723.494/2018-45 e 13888-723.574/2018-09), pela Receita Federal do Brasil, como consequência pagou tributos à título de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 15.343. Sobre essa autuação, o Conselho da Administração da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. contratou um escritório de advocacia independente, com o objetivo de realizar uma análise quanto ao objeto da autuação.

## 20 Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.134	2.552
Juros e multa recebidos ou auferidos	4	794
Outras receitas financeiras	76	67
<b>Receitas financeiras</b>	<u>1.214</u>	<u>3.413</u>
<b>Despesas</b>		
Encargos e variação monetária sobre financiamentos	(21.171)	(20.227)
Juros sobre atraso em pagamentos	(54)	(9)
Juros sobre despesa com auto de infração (i)	-	(4.343)
Impostos s/ receitas financeiras (PIS/COFINS)	(57)	(159)
Outras despesas financeiras	(444)	(466)
<b>Despesas financeiras</b>	<u>(21.726)</u>	<u>(25.204)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(20.512)</u>	<u>(21.791)</u>

- (i) Em 2018 a Companhia foi autuada como sujeito passivo em processo administrativo fiscal (PAF N° 13888-723.494/2018-45 e 13888-723.574/2018-09), pela Receita Federal do Brasil, como consequência pagou tributos à título de imposto de renda retido na fonte. O juros sobre a autuação foi no montante de R\$ 4.343. Sobre essa autuação, o Conselho da Administração da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. contratou um escritório de advocacia independente, com o objetivo de realizar uma análise quanto ao objeto da autuação.

## 21 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está apresentada como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	25.033	(13.393)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(8.511)	4.554
Auto de infração	-	(5.217)
Despesas indedutíveis	168	(104)
Inovação tecnológica	-	229
PAT	92	16
Baixa de ativo diferido de anos anteriores	-	(134)
Outras diferenças permanentes	24	23
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(5.091)	(855)
Diferido	(3.136)	222
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(8.227)	(633)
Alíquota efetiva	33%	(5%)
<b>Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	(5.091)	(855)
Saldo a pagar referente a anos anteriores	-	(631)
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	(916)
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	3.819	328
Total do IRPJ/CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(1.272)	(2.074)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IR/CS e retenções na fonte	222	328
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.597	-
	3.819	328

#### b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<b>2018</b>	<b>Resultado</b>		<b>2019</b>
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	980	-		980
Provisão para participação nos lucros	352	(16)		336
Provisão para demandas judiciais	94	(91)	(i)	3
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	10.508	(2.231)		8.277
Ativo fiscal diferido	11.934	(2.338)		9.596
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(4.371)	(52)	(ii)	(4.423)
Custo de captação de financiamentos	(2.366)	122	(iii)	(2.244)
Diferimento sobre o lucro com órgãos públicos	(203)	(868)		(1.071)
Passivo fiscal diferido	(6.940)	(798)		(7.738)
Ativo fiscal diferido líquido	4.994	(3.136)		1.858

	<b>2017</b>	<b>Resultado</b>		<b>2018</b>
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	980	-		980
Provisão para participação nos lucros	335	17		352
Provisão para demandas judiciais	27	67	(i)	94
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.026	(518)		10.508
Ativo fiscal diferido	<u>12.368</u>	<u>(434)</u>		<u>11.934</u>
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(4.426)	55	(ii)	(4.371)
Custo de captação de financiamentos	(2.481)	115	(iii)	(2.366)
Diferimento sobre o lucro com órgãos públicos	(689)	486		(203)
Passivo fiscal diferido	<u>(7.596)</u>	<u>656</u>		<u>(6.940)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>4.772</u>	<u>222</u>		<u>4.994</u>

- (i) O saldo está líquido do montante do imposto sobre as demandas judiciais pagas no valor de R\$ 23 (R\$ 5.243 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) O saldo está líquido do montante do imposto da amortização sobre juros capitalizados no no montante de R\$ 196 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) O saldo está líquido do montante do imposto sobre a amortização do custo de captação de financiamentos no valor de R\$ 123 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2018).

## 22 Instrumentos financeiros

### Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

### Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 2.881, representando aproximadamente 29,08% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2018 esta provisão, era de R\$ 2.881, representando aproximadamente 28,94% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e equivalente de caixa	73	1
Aplicações financeiras	50.439	84.169
Contas a receber de clientes	7.025	7.074
	<b>57.537</b>	<b>91.244</b>

### **Garantias**

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<b>2019</b>							
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 meses em diante</b>
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e empreiteiros	3.479	3.479	3.479	-	-	-	-
Financiamentos	250.153	502.162	29.467	29.078	28.885	28.620	386.142
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	18.512	18.512	-	-	-	-	18.512
	<b>272.144</b>	<b>524.153</b>	<b>32.946</b>	<b>29.078</b>	<b>28.855</b>	<b>28.620</b>	<b>404.654</b>

**2018**

	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e empreiteiros	3.995	3.995	3.995	-	-	-	-
Financiamentos	252.753	462.917	22.604	25.703	25.490	25.297	363.823
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	26.500	26.500	-	-	-	-	26.500
Outras contas a pagar	914	914	-	914	-	-	-
	<u>284.162</u>	<u>494.326</u>	<u>26.599</u>	<u>26.617</u>	<u>25.490</u>	<u>25.297</u>	<u>390.323</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

### Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2019	2018
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	50.439	84.169
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e financiamentos	250.153	252.753

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2019	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>1- Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	37.058	Variação do CDI	4,40%	1.631	2.039	2.447	1.223	816
Aplicações financeiras	13.381	Variação da Selic	4,40%	589	736	884	442	295
Exposição líquida	<u>50.439</u>			<u>2.220</u>	<u>2.775</u>	<u>3.331</u>	<u>1.665</u>	<u>1.111</u>

Não houve variação na taxa de juros para o financiamento atualizado pela TR. Por esse motivo a Companhia não realizou o teste de sensibilidade para esse instrumento financeiro.

## Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

## Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2019
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	73	-	73
Aplicações financeiras	5	27.826	22.613	-	50.439
Contas a receber de clientes	6	-	7.025	-	7.025
<b>Total</b>		<u>27.826</u>	<u>29.711</u>	<u>-</u>	<u>57.537</u>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	3.479	3.479
Financiamentos	12	-	-	250.153	250.153
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	10	-	-	18.512	18.512
<b>Total</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>272.144</u>	<u>272.144</u>
<b>Ativos</b>					
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1	-	1
Aplicações financeiras	5	71.509	12.660	-	84.169
Contas a receber de clientes	6	-	7.074	-	7.074
<b>Total</b>		<u>71.509</u>	<u>19.735</u>	<u>-</u>	<u>91.244</u>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	3.995	3.995
Financiamentos	12	-	-	252.753	252.753
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	10	-	-	26.500	26.500
Outras contas a pagar		-	-	914	914
<b>Total</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>284.162</u>	<u>284.162</u>

## Valor justo

### *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

### *Instrumentos financeiros “não derivativos”*

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras e contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de financiamentos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrado abaixo:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Passivos</b>				
Projeto CEF	254.057	287.365	256.386	256.386
Finame	88	89	107	107
Finisa	2.609	2.609	3.219	3.219
	<u>256.754</u>	<u>290.063</u>	<u>259.712</u>	<u>259.712</u>

Os valores justos dos financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Apuração do valor justo

**Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo das aplicações e dos financiamentos é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

## 23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 90.000 (R\$ 30.000 em 31 de dezembro de 2018) para danos materiais, R\$ 100.000 (R\$ 100.000 em 31 de dezembro de 2018) para responsabilidade civil, R\$ 33.263 (R\$ 33.263 em 31 de dezembro de 2018) para executante concessionário e R\$ 10.750 (R\$ 10.750 em 31 de dezembro de 2018) para riscos de engenharia.

## 24 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e

investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

\* \* \*

### **Contador**

Jackson Luis da Silva Santos  
Contador - CRC PR 034233/O-7